



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

A QUESTÃO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Greice dos Reis Santos¹
Marina Valéria Delage Vicente Mancini²
Lucas Nunes Nora de Souza³
Victoria Sabatine de Paiva Neves⁴

Resumo: O presente trabalho privilegia a análise dos determinantes históricos e metodológicos da “questão social”, seus fundamentos e concretude na atualidade, com destaque para o seu debate na literatura profissional, a partir da visão marxista.

Palavras-Chave: Questão Social; Serviço Social; Estado; Capitalismo Monopolista.

Abstract: The present work privileges the analysis of the historical and methodological determinants of the "social question", its fundamentals and concreteness in the present time, with emphasis on its debate in the professional literature, from the Marxist view.

Keywords: Social Issues; Social Service; State; Monopoly Capitalism.

Segundo Netto (2001), construir um debate acerca da “questão social” na agenda contemporânea é ponto consensual e saliente para o Serviço Social, na medida em que a temática tem se colocado, tanto para os assistentes sociais de campo quanto para aqueles que, no âmbito da academia, têm se debruçado sobre o processo formativo das novas gerações, como também sobre a investigação da realidade social.

Para Netto (2001), todas as indicações têm apontado para o fato de que a expressão “questão social” tem sido cunhada e datada por volta de cento e setenta anos. Começou a ser utilizada por volta da terceira década do século XIX e foi divulgada por críticos da sociedade. A expressão emerge na perspectiva de englobar o fenômeno mais evidente no âmbito da Europa Ocidental, que vivenciava os primeiros impactos do período industrializante – iniciado na Inglaterra no último quartel do século XVIII, seja ele o fenômeno do pauperismo. Do ponto de vista histórico, a pauperização massiva da população trabalhadora significava o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo industrial-concorrencial nesse período.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: greice.grs90@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: greice.grs90@gmail.com.

³ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: greice.grs90@gmail.com.

⁴ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: greice.grs90@gmail.com.

Para os diversos observadores da época, independente da posição ideo-política, o pauperismo se tratava de um fenômeno novo, até então sem registros na história anterior. Com o modo capitalista de produzir, pode-se afirmar, de acordo com Netto (2001), que a pobreza começava a crescer na mesma proporção em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Assim, quanto mais a sociedade potencializava sua capacidade de produzir bens e serviços, mais crescia o número de seus membros, que não possuíam acesso a tais bens e serviços, e se viam despossuídos das condições de vida que até então dispunham.

No entanto, no âmbito desse cenário, é imprescindível destacar que a designação do pauperismo pela expressão “questão social” articulou-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Segundo Netto (2001), lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, por não se conformarem com sua situação de vida e com o processo de resignação, sob o qual estavam submetidos, os pauperizados começaram a desencadear uma série de protestos que assumiram as mais variadas formas, configurando uma ameaça efetiva às instituições sociais existentes. Assim sendo, foi no momento em que o fenômeno do pauperismo é levado à esfera pública, através das lutas sociais desenvolvidas pelos trabalhadores, rompendo com o domínio privado das relações de capital e trabalho, que o mesmo designa-se como “questão social”. Dessa forma, então, veremos que a emergência da expressão “questão social” vai estar intrinsecamente relacionada ao fenômeno do pauperismo.

Assim, é no século XIX, a partir de sua segunda metade, que a expressão questão social deixará de ser usada de maneira indistinta, segundo análise de Netto (2001), por diversos críticos situados em diferentes posições ideo-políticas, passando a ser incorporada pelo pensamento conservador.

Dessa maneira, foi no interior do pensamento conservador, tanto laico quanto confessional, em defesa da ordem burguesa, que a “questão social” torna-se naturalizada, perdendo sua estrutura histórica determinada, a qual começa a ser transformada em objeto de ação moralizante. Para ambas as correntes, o enfretamento à “questão social”, ao invés de questionar a ordem econômico-social estabelecida, visava combater suas manifestações, todavia, sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa, ou seja, manifestações estas que deveriam ser alvo de um programa de reformas – reformismo ancorado na escola sociológica de Durkheim, capaz de preservar a ordem da propriedade privada dos meios de produção.

Sendo assim, é em contraposição ao ideário da ordem burguesa que a Revolução de 1848 irá configurar um divisor de águas, na medida em que afetou não apenas as expressões ideológicas, culturais e teóricas do campo burguês, como também, essencialmente, os fundamentos da cultura política que sustentava até então o movimento

dos trabalhadores, visto que 1848 trouxe à tona o caráter contraditório e antagônico dos interesses sociais das classes fundamentais. Foi um momento, portanto, em que se tornou possível a passagem, em nível histórico-universal, da condição de classe em si à classe para si por parte do proletariado. Logo, as vanguardas trabalhadoras conseguem acender, em seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” estava necessariamente colocada à sociedade burguesa.

Contudo, ainda que o movimento dos trabalhadores, nesse período, tivesse ascendido à consciência política, para Netto (2001), a consciência teórica e seus instrumentos metodológicos só chegaria mais tarde, em 1967, com o primeiro volume d'O Capital, de Karl Marx, em que seria possível, a partir da razão teórica, compreender o complexo de causalidade da “questão social” e o movimento contraditório do sistema capitalista. Logo, mesmo que a questão social não tenha surgido, enquanto terminologia, no seio da análise de Marx, os processos sociais que ela sustenta possuem papel de centralidade em seu debate sobre as classes sociais e suas lutas no âmbito da sociedade do capital.

Do ponto de vista histórico veremos, ainda, que é na sequência da Segunda Guerra Mundial, especialmente na Europa Ocidental, que o capitalismo experimentou o auge de seu crescimento econômico, período que se conveniu chamar de “as três décadas gloriosas”.

Nesse contexto, com a construção do Welfare State, especialmente na Europa nórdica e, também, na Europa Ocidental, considerando o dinamismo da economia norte-americana, segundo Netto, parecia surgir a solução para a “questão social”, como se ela tivesse sido lançada para o passado, suas manifestações “(...) eram um quase privilégio da periferia capitalista, às voltas com seus problemas de “subdesenvolvimento” (idem, 2001, p.47). Logo, é possível dizer que ocorreram melhorias no conjunto das condições de vida da população; no entanto, uma coisa é fato, elas não significavam em hipótese alguma a eliminação da essência exploradora do capitalismo e somente os críticos marxistas tiveram essa clareza.

Assim, é na entrada dos anos setenta, do século XX, que a referida onda longa, expansiva do capital, esgotou-se, vários são os fatores como, por exemplo, a redução das taxas de lucro do capital, levando em consideração as conquistas do movimento operário naquele período (como o aumento do preço da força de trabalho), esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava, etc. Dessa forma, não é preciso dizer que o capital respondeu a esse contexto com uma ofensiva política e econômica, na perspectiva de reorganizar-se.

Do ponto de vista político, o ataque recaiu fundamentalmente sobre o movimento sindical, enquanto do ponto de vista econômico, assistiu-se a entrada do “neoliberalismo”,

(primeiro nos países centrais e, posteriormente nos países periféricos – assim como é o caso brasileiro nos anos 1990), com privatizações indiscriminadas, rompimento com qualquer regulação política, extra-mercado, desregulamentação dos direitos do trabalho que afetaram significativamente a classe trabalhadora e suas condições de vida, desmontagem do setor produtivo estatal, etc.; além do desmantelamento do Welfare State, demonstrando, dessa forma, que não existe nenhum compromisso social por parte do capital.

Todavia, tanto para Netto (2001) quanto para Marilda (2007), inexistem qualquer “nova questão social”, o que existe é a emergência de novas expressões da “questão social” ainda mais agravadas pelo processo de exploração e reestruturação do capital, para além de suas manifestações tradicionais. Segundo Marilda (2007), considerada como expressão das desigualdades inerentes ao processo de acumulação e dos efeitos que causa sobre o conjunto das classes trabalhadoras e sua organização, a “questão social” não é um fenômeno novo, resultante do esgotamento dos chamados trinta anos gloriosos da expansão capitalista. Ao contrário, trata-se, de uma “velha questão social”, inscrita na natureza contraditória das relações capitalistas, mas que, na cena contemporânea, vem se re-produzindo sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assumindo novas expressões que se estendem para todas as dimensões da vida social.

É com base nesse contexto, então, que se torna imprescindível atender para o fato de que as novas expressões e configurações assumidas pela “questão social” são resultados diretos das profundas modificações que o ordenamento capitalista vem experimentando desde o último quartel do século XIX, com impactos na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais. Segundo Netto (2009), trata-se de um período em que o capitalismo concorrencial cede lugar ao capitalismo dos monopólios.

Corroborando com essa análise, Iamamoto (2007) afirma que a “questão social” é inseparável da sociedade capitalista e das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital. Seu fundamento resulta do caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da atividade humana (ou seja, do trabalho e de seus frutos), no interior da sociedade burguesa. Por isso, é indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que necessita vender sua força de trabalho como forma de satisfazer as suas necessidades de sobrevivência.

Desse modo, para problematizar a “questão social”, no marco do capitalismo monopolista e/ou sob a égide do grande capital financeiro, Iamamoto (2001), bem como Netto (2009), levanta uma série de elementos que nos permite pensar sobre as mediações históricas que tem reconfigurado tal questão na atualidade.

Para Iamamoto (2001), a problemática da crise capitalista, que remonta aos anos 70 do século XX, tem provocado, até os dias atuais, profundas transformações nas formas de produção e gestão da força de trabalho, face às exigências do mercado mundializado,

comandado pelo grande capital financeiro, em um novo estágio de acumulação que, sobretudo, tem alterado a relação entre Estado e sociedade.

É no âmbito da lógica financeira do regime de acumulação capitalista que veremos crises que se projetam por todo o mundo, gerando recessão; uma vez que é característica dessa lógica um crescimento volúvel, que causa maior concentração de renda e aumento exponencial da pobreza.

Verifica-se a abertura da economia, especialmente nos países periféricos, segundo orientação dos organismos financeiros internacionais, o que provoca o aumento do déficit da balança comercial, elevação das taxas de juros, fechamento de empresas, visto que se instalam oligopólios que dominam o mercado mundial, etc. O que ocorre do ponto de vista econômico, segundo Iamamoto (2001), é que a economia nesse processo passa a transitar entre a reestruturação de sua indústria e a destruição do aparato industrial que acaba por não resistir à corrida competitiva dos oligopólios. Com isso, cresce a necessidade de financiamento externo, redundando no aumento da dívida interna e externa, através da qual paga-se juros e, amplia-se o déficit comercial.

Consequentemente, não é difícil perceber que se os países necessitam pagar os serviços da dívida pública, contraída via financiamento externo, aliada às taxas de juros, é sinal de que simultaneamente teremos menos recursos para investimento e custeio voltados para a grande maioria da população, visto que o objetivo primário é o atendimento das necessidades do mercado.

Aliado a esse processo, ocorrem mudanças nas formas de organização da produção, as quais passam a incorporar os avanços científicos e tecnológicos de ponta, em detrimento da força de trabalho viva, o que resulta em relações regressivas do ponto de vista da classe trabalhadora, na medida em que a exigência torna-se reduzir custos e elevar as taxas de lucros. Sendo assim, assiste-se a mudanças na composição técnica e de valor do capital, ocorrendo uma redução, proporcional, do emprego da força viva de trabalho ante a aplicação de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social. Dessa forma, cresce uma superpopulação relativa, composta por aqueles considerados supérfluos para o capital (aptos para o trabalho, mas condenados à ociosidade), tornando acirrada a concorrência entre os trabalhadores, com nítida interferência na regulação dos salários.

Nessa lógica, Marx (1985) já indicava que a condenação de parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo de outra parte, torna-se meio de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera a produção do exército industrial de reserva na mesma proporção que o progresso da acumulação social.

No que diz respeito ao padrão de produção, a reestruturação produtiva irá tomar o lugar do fordismo/taylorismo, provocando impactos no âmbito da organização dos processos

de trabalho, das formas de gestão da força de trabalho, do mercado de trabalho, dos padrões de consumo, dos direitos sociais e trabalhistas. No cenário mundial, institui-se uma acirrada competitividade e a qualidade dos produtos é um dos requisitos para enfrentar a concorrência. Assim sendo, a exigência nada mais é do que diminuir gastos e elevar as taxas de lucro e, nesse caso, a redução dos custos direcionados ao chamado “fator trabalho” tem peso decisivo, pois envolve o embate contra as lutas e as organizações sindicais, os cortes de salário e direitos conquistados.

Nesse contexto, outra face do processo de reestruturação do capital é a intensa privatização da coisa pública, assim como o aumento da mercantilização do atendimento às necessidades sociais, situação que decorre da privatização das políticas sociais. Esse processo contraditório e desigual produzirá uma população à margem, considerando que a grande maioria não possui condições de arcar com os custos dos serviços privados. Logo, teremos serviços de melhor qualidade para quem pode custear as ofertas privadas e serviços precários para aqueles que dependem da intervenção do Estado, ou seja, o resultado é um Estado forte para o grande capital financeiro e frágil para a classe trabalhadora.

Tendo em vista que a “questão social” diz respeito ao conjunto de “(...) desigualdades econômicas, políticas, e culturais de classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (IAMAMOTO, 2001, p.160), é importante dizer que os assistentes sociais, profissionais assalariados, ao ter na “questão social” o elemento central da relação entre profissão e realidade, trabalham com as mais diversas expressões de tal questão, esclarecendo à população seus direitos e os meios para o acesso aos mesmos. Entretanto, conforme afirma a autora supracitada, frente a um contexto de mercantilização das necessidades sociais, articulada a uma intensa privatização da coisa pública, nota-se que o significado desse trabalho irá mudar substancialmente, pois estará direcionado a direitos e deveres referentes às operações de compra e venda e não mais aos serviços sociais proferidos em direitos sociais, os quais têm como principal responsável o Estado. Enquanto os direitos sociais são frutos de lutas sociais e negociações com o aparelho estatal para o seu reconhecimento legal, a compra e venda de serviços no atendimento às necessidades sociais, situam-se na lógica do mercado.

Portanto, é no interior desse quadro que verificamos alterações profundas nas relações entre Estado e sociedade civil, com forte orientação neoliberal, visto que se conclama a defesa da redução da intervenção estatal, considerando que as respostas às necessidades da grande maioria passam a ser transferidas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais vão dividir com o Estado

a implementação de programas residuais, focalizados e mínimos no combate as expressões mais nefastas da “questão social”.

É no âmbito dessa lógica, portanto, objetivando a acumulação e a valorização do capital, que se dá o processo de refuncionalização e redimensionamento do papel do Estado, visto como mecanismo de regulação extra-econômico.

Nesse sentido, a necessidade de uma nova forma de intervenção estatal, de um lado, decorre da necessidade de garantia de um vetor extra-econômico capaz de assegurar os superlucros dos monopólios, o que passa a demandar do Estado o cumprimento de uma multiplicidade de funções. E, por outro lado, da exigência de um Estado que desempenhe sua função de empresário nos setores básicos não rentáveis, a fim de fornecer aos monopólios, a “preço de banana”, energia, matérias-primas fundamentais, e quando no caso das empresas capitalistas em dificuldades, um Estado que desenvolva um papel socializador, a fim de viabilizar a superação dessas dificuldades: reprivatizando, dando aos monopólios complexos construídos com dinheiro público, e, ainda, fornecendo subsídios indiretos, como meios de transporte, infra-estrutura, etc.

Desse modo, para se legitimar, no plano econômico, enquanto “comitê executivo” da burguesia, o Estado possui uma dimensão primária, aquela que garante a valorização do capital monopolista e a maximização dos lucros, e uma outra que incorpora os interesses, ainda que mínimos, de outros protagonistas sócio-políticos.

Desse modo, o Estado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, em uma de suas dimensões, torna-se permeável às demandas das classes subalternas, na medida em que estas podem fazer incidir sobre ele seus interesses e reivindicações imediatos.

É por meios dessas condições que as expressões da questão social passam a ser objeto de uma intervenção sistemática por parte do Estado, se colocando como alvo de políticas sociais, mecanismo estratégico do aparelho estatal que o permite controlar e preservar a força de trabalho, imprescindível ao capital. No entanto, o Estado burguês, visto como um Estado “social” – mediador de interesses conflitantes, que intervém sobre a “questão social”, no capitalismo monopolista, fragmentando-a e parcializando-a (NETTO, 2009), visto que suas expressões são recortadas como problemáticas particulares (desemprego, fome, carência habitacional, etc.) e, dessa forma, enfrentadas.

Nesse mesmo sentido, veremos, segundo Pastorini (2004), que a “questão social” como totalidade é resultante da relação capital trabalho (isto é, da exploração capitalista); e que as ações do Estado, através das políticas sociais, têm como principal objetivo enfrentar situações que possam colocar em xeque a ordem burguesa. Contudo, evidentemente, esse atendimento não visa ir à raiz do problema, ao contrário, é voltado para enfrentar algumas das manifestações da “questão social”, como problemáticas particulares, assim como expôs

Netto (2009), fragmentando as demandas sociais como um meio de reprimir e abafar qualquer tentativa de questionamento da ordem socialmente estabelecida.

No âmbito dessa lógica, portanto, uma outra questão diz respeito à radicalização do desmonte das políticas sociais e dos serviços públicos – visto que compõe parte deste quadro a crônica crise das políticas sociais que passam a ser reordenadas e subordinadas às políticas de estabilização econômica, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora – destituindo a responsabilidade do Estado na preservação do direito à vida de amplos contingentes sociais, que é transferida à solidariedade dos cidadãos.

Conforme Yamamoto (2007), a programática para fazer frente às manifestações da questão social, sob a égide do grande capital financeiro e das políticas neoliberais, tende a ser restringida a uma gestão humanizada e eficaz dos problemas sociais. Isto é, no interior dessa lógica, além da redução de recursos para a área social, resultantes dos ajustes estruturais, estamos de volta aos programas mais residuais, sem referência a direitos. Consequentemente, as sequelas da “questão social” tornam-se alvo de ações solidárias, humanitárias, cujo dever moral é assistir aos pobres.

Como vimos, até então, em um contexto no qual o objetivo primaz é atender as necessidades do capital financeiro mundializado, presencia-se um intenso movimento de regressão aos direitos sociais em detrimento do cumprimento desse objetivo, o que traz consequências nefastas às classes subalternas e, com isso, um acirramento da questão social, a qual passa por metamorfoses e assume novas dimensões e expressões.

Historicamente, a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, enquanto resultado das lutas dos trabalhadores, exigindo o seu reconhecimento enquanto classe por parte do Estado e da burguesia. Logo, foram as lutas sociais que trouxeram a questão social para a esfera pública, as quais exigiram o reconhecimento e a legalização dos direitos e deveres dos sujeitos, o que propiciou o rompimento do domínio privado nas relações entre capital e trabalho. É através, então, desse reconhecimento da necessidade dos direitos e deveres que emerge uma ampla esfera de direitos sociais públicos relativos ao trabalho, materializados nos serviços e políticas sociais, o que, nos países centrais, expressou-se no Welfare State, anteriormente pontuado.

Na atualidade, entretanto, a questão social ao invés de ser alvo de uma ação incisiva, por parte do Estado, tem se tornado objeto de um grave processo de criminalização que atinge visceralmente as classes subalternas, retomando a noção de classes perigosas, sujeitas a repressão e a extinção. Na posição de Yamamoto (2007), tal questão retoma o passado quando era tratada como caso de polícia; assim, as propostas para fazer frente às

suas sequelas agravadas é, na particularidade brasileira, atualizar a articulação assistência focalizada/repressão, com o reforço do braço coercitivo do Estado.

Dessa forma, no interior desse quadro, a autora destaca que uma dupla armadilha pode envolver a análise da questão social quando suas manifestações e expressões são desvinculadas de sua gênese comum, eliminando os processos sociais contraditórios que as criam e as transformam. A primeira armadilha diz respeito ao risco de cair na pulverização e fragmentação das diversas “questões sociais”, imputando aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade pelos problemas vivenciados no cotidiano da vida social. Como já sinalizado, os “problemas sociais” deixam de ser do Estado e passam a ser, unilateralmente, do indivíduo isolado e de sua família, ou seja, elimina-se, a partir de uma artimanha ideológica, a dimensão coletiva da questão social, enquanto resultado do processo de exploração capitalista, reduzindo-a a uma dificuldade individual. Outra armadilha é analisar a questão social a partir de um discurso genérico e indiferenciado, em que a mesma perde suas particularidades históricas e não se consideram as suas expressões que desafiam a “pesquisa concreta de situações concretas” (IAMAMOTO, 2007).

De certo, analisar a questão social nos anos recentes é enfrentar uma temática bastante ampla e complexa, como visto até aqui, todavia, é fundamentalmente necessário; principalmente, para o Serviço Social que tem na mesma sua razão de ser.

Conforme Iamamoto (2001), desde os anos 80 é sustentado que a questão social, indissociável das relações capitalistas, nos marcos da expansão do capital monopolista, situa-se na base da profissionalização do Serviço Social. Por isso, é analisada enquanto elemento central de justificação da profissão na sociedade, em que suas múltiplas e diferenciadas expressões são alvo do exercício profissional, o qual interfere no seu enfrentamento, na perspectiva de que os sujeitos – mulher, negro, homossexual, criança, adolescente, etc. – com os quais trabalha tenham acesso aos direitos sociais e ao exercício da cidadania.

Dessa forma, os assistentes sociais, através da prestação de serviços sócio-assistenciais realizados nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, interferem cotidianamente nas relações sociais, atendendo às mais variadas manifestações da questão social, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos. Assim, é possível afirmar que os profissionais de Serviço Social trabalham na tensão entre reprodução da desigualdade e produção da resistência e da rebeldia, situados em terrenos cujos interesses são contraditórios e antagônicos.

Considerando, então, que as mediações históricas, como vimos, têm reconfigurado a questão social na atualidade, é imprescindível pensarmos o Serviço Social não mais com as mesmas mediações típicas dos “30 anos gloriosos” – do pós guerra a meados dos anos 70 – na medida em que modificaram-se as condições e relações que regem a organização

desse trabalho, em suas implicações no contexto das condições e relações de trabalho em que se inscreve no momento. Logo, no marco da teoria social crítica, o desafio é articular estratégias para fazer frente à questão social, desvelando a realidade com o objetivo de compreender as necessidades sociais das classes subalternas e as novas características do mercado de trabalho.

Nesse cenário, portanto, é imprescindível destacar quais têm sido as respostas político-institucionais dadas à questão social. Iamamoto (2007), ao analisar o contexto brasileiro, aponta que as estratégias para responder tal questão vem sendo tensionadas por diferentes projetos político-institucionais, que regulamentam, do ponto de vista legal, a implementação das políticas sociais públicas desde os anos 1980 e que a partir de então vem convivendo em luta. De um lado, tem-se a defesa dos direitos sociais universais, enquanto, do outro, com implicações claras nas condições e relações de trabalho do assistente social, a mercantilização e re-filantropização do atendimento às necessidades sociais.

Na posição da autora, o primeiro projeto – sustentado pelos princípios elencados na carta constitucional de 1988 – tem como perspectiva, através da afirmação da primazia do Estado, o avanço da democracia, que envolve a participação e o controle popular; a universalização e aprofundamento dos direitos, fundamentados em políticas sociais amplas que garantam o acesso da população aos serviços gratuitos e de qualidade, isto é, um projeto cuja finalidade é viabilizar a integralidade das ações direcionadas à defesa da cidadania, em que todos tenham condição de estar em situação de igualdade. Contudo, esse primeiro projeto tem sido tensionado por uma outra proposta de resposta à questão social, de inclinação neoliberal, que se materializa no país a partir de meados dos anos 90, em um processo de reestruturação do aparelho estatal em que as diretrizes são dadas pelo Plano Diretor do Estado, criado pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE). No interior desse projeto, em contraposição aos preceitos constitucionais referentes aos direitos sociais, tem-se a consolidação de políticas de ajuste recomendadas pelos organismos internacionais, comprometidas com a lógica financeira do capital internacional, que esvaziam o papel do Estado e fragilizam o processo organizativo dos trabalhadores.

Para concluir, é fundamental termos a clareza da necessidade de apreensão das novas determinações históricas da questão social, frente ao contexto apontado, complexificada nas suas formas de manifestação, ao mesmo tempo em que tem sido radicalizada, tornando-se transversal às mais diversas dimensões da vida das classes subalternas. Fato é a questão social, manifestada hoje na ótica de uma verdadeira catástrofe social, na medida em que suas expressões e concretude, na cena contemporânea, têm cada vez mais assumido uma proporção que é, a meu ponto de vista,

ainda maior. Acrescenta-se a isso, como vimos, o esvaziamento do papel do Estado, mais do que nunca coadunado com as necessidades do grande capital. Nessa lógica, o aviltamento do trabalho, o desemprego, a moradia precária e insalubre, a fome, a miséria, a tensão, são traços latentes no dia a dia da grande maioria da população, traços estes que explicitam o quanto a sociedade do capital tolera e banaliza a questão social. O cenário brasileiro, nesse caso, é um bom exemplo dessa realidade.

Portanto, apreender as relações entre trabalho, questão social e Serviço Social em suas particularidades, conforme Iamamoto (2001), é mecanismo central para a construção e efetivação de estratégias que possam contrarrestar o ideário neoliberal em prol das necessidades e interesses das classes subalternas.

Nesse sentido, visto que a reprodução ampliada da questão social é ao mesmo tempo e no mesmo processo a reprodução ampliada das contradições sociais, é necessário para o seu enfrentamento a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade estatal e afirmação de políticas sociais que tenham como finalidade atender, de fato, os interesses das grandes majorias, articulando um processo histórico de lutas sociais que reivindiquem pela democratização da economia, da política e da cultura, na construção da esfera pública, ou seja, na construção de uma gestão pública democrática.

Se não há rupturas no cotidiano, sem enfrentamentos e resistência, é indispensável que a intervenção profissional do assistente social, situada em um terreno de disputa, seja direcionada para a finalidade supracitada acima, cuja perspectiva deve ser a de reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público democrático.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche. SP: Cortez, 2007. Cap. II, pp.155 a 172.

_____. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. ABEPSS, Brasília, 2001, n.3, pp.9-30. Janeiro/Junho 2001.

MARX, K. Manifesto do Partido Comunista. Lisboa, Avante, 1975.

_____. O Capital. A crítica da economia política. Cap. XXIII. São Paulo: Nova Cultural, 1985, t. 1. v.II.

NETTO, J. P. Cinco Notas a propósito da “questão social”. ABEPSS, Brasília, 2001, n.3, pp.41-49. Janeiro/Junho 2001.

_____. Estado e “questão social” no capitalismo dos monopólios. In: *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

PASTORINI. A. A categoria “questão social” em debate. São Paulo, Cortez, 2004.